

Efeitos da Adoção das IFRS na relação entre a Qualidade da Auditoria e o Gerenciamento de Resultados

Effects of the Adoption of IFRS on the Relationship between Audit Quality and Results Management

Ronan Reis Marçal

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Luiz Alberton

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professor Titular na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender os efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria (QA) e o gerenciamento de resultados (GR) nas empresas de capital aberto do Brasil. A pesquisa teve como base teórica a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), que identifica a intenção comportamental a partir de três elementos, quais sejam: atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. Assumindo as premissas de que a QA tem a função de mitigar eventuais distorções contábeis, como o GR, e que as IFRS poderiam influenciar este poder de mitigação mediante efeito moderador, o estudo buscou atinar o objetivo proposto diante de 920 observações derivadas de 92 diferentes empresas de capital aberto no Brasil ao longo de 10 exercícios. Os dados foram trabalhados em forma de painel e regredidos perante a abordagem de efeitos aleatórios. Os resultados sugerem que as IFRS assumam papel moderador na relação QA x GR para a *proxy input* (responsável por atributos das firmas/auditores), alterando seu sinal e aumentando sua magnitude, porém, este efeito não é percebido para a *proxy output* (responsável pela qualidade dos relatórios), validando apenas parcialmente a principal hipótese de pesquisa. O estudo contribui teoricamente ao indicar novos resultados na relação QA x GR, adentrando especificamente a vertente das IFRS, algo inexistente até o presente momento na literatura, sendo estes resultados passíveis de futuras comparações para pesquisas correlatas. Em âmbito prático, o estudo indica a relevância da qualidade da auditoria em relação à adoção das IFRS para os investidores, conquanto os achados da pesquisa manifestem maior pertinência deste elemento após a mudança de padrão contábil.

Palavras-Chave: Qualidade da Auditoria; Gerenciamento de Resultados; Teoria do Comportamento Planejado, TCP.

ABSTRACT

This work aimed to understand the effects of IFRS adoption on the relationship between audit quality (AQ) and earnings management (EM) in publicly traded companies in Brazil. The research was theoretically based on the Theory of Planned Behavior (TPB), which identifies behavioral intention from three elements: attitudes, subjective norms, and perceived behavioral control. Assuming that AQ has the function of mitigating possible accounting distortions, such as EM, and that IFRS could influence this mitigation power through a moderating effect, the study sought to achieve the proposed objective before 920 observations derived from 92 different publicly traded companies in Brazil over ten years. The data were worked in panel form and regressed using the random effects approach. The results suggest that the IFRS assumes a moderating role in the AQ x EM relationship for the input proxy, changing its sign

and increasing its magnitude; however, this effect is not perceived for the output proxy, only partially validating the central research hypothesis. The study contributes theoretically by indicating new results in the AQ x EM relationship, specifically entering the IFRS aspect, something that does not exist in the literature so far, and these results are subject to future comparisons for related research. In a practical context, the study indicates the relevance of audit quality concerning adopting IFRS for investors. However, the research findings show greater relevance of this element after the change in accounting standards.

Keywords: Audit Quality; Earnings Management; Theory of Planned Behavior, TPB.

1 INTRODUÇÃO

Foi DeAngelo (1981) a responsável por gerar o conceito clássico de qualidade da auditoria – utilizado em larga escala até os dias atuais (Sulaiman, Shahimi & Singh, 2019) – qual seja: a capacidade conjunta de que um determinado auditor possa identificar e reportar ao mercado uma possível distorção contábil. Dentre as informações passíveis de auditoria presentes nas demonstrações contábeis, cabe destaque ao resultado do exercício. Esta medida, que pode assumir a forma de lucro ou de prejuízo, é primordial para a avaliação das empresas (Kothari, 2001). Contudo, salientam Hendriksen e Van Breda (1992) que os resultados podem ser medidas parcialmente distorcidas diante de escolhas contábeis arbitrárias dos gestores, trazendo consigo um potencial risco aos investidores.

É justamente nesse escopo que reside o conceito de gerenciamento de resultados, definido por Healy e Wahlen (1999) como o fenômeno da manipulação dos resultados acerca do desempenho econômico da empresa por parte dos gestores mediante escolhas contábeis. É mister ressaltar que nem toda prática de gerenciamento de resultados é dolosa, sendo factível a ocorrência de ações que visam apenas reportar a visão individual do gestor acerca do futuro da entidade (Marçal & Macedo, 2019; Martins, Paulo & Monte, 2016). Mas, para Healy e Wahlen (1999), independentemente dos propósitos da ação, quando os resultados são gerenciados, os usuários externos são ludibriados, dado que sua percepção acerca da real situação econômico-financeira das empresas é alterada.

Assim, por serem consideradas distorções da informação contábil divulgada ao mercado, as práticas de gerenciamento de resultado devem e tendem a ser mitigadas diante de auditorias de qualidade (DeAngelo, 1981; Defond & Zhang, 2014; Lennox, Wu & Zhang, 2016; Lennox, Wang & Wu, 2018).

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – novos desafios surgiram para os auditores independentes na condução de seus trabalhos dada a maior utilização das mensurações a valor justo em detrimento do valor histórico (Kumarasiri & Fisher, 2011). Isto porque a mensuração por valor justo é, segundo Iudícibus e Martins (2007), complexa em termos semânticos (suscetíveis a interpretações não uníssonas) e, ademais, na eventual ausência de mercados para um determinado ativo, o valor justo é estimado diante de cálculos extremamente subjetivos. Como consequência, os auditores são colocados em uma posição desafiadora para emitir sua opinião acerca de um fato, pois a incerteza inerente do valor justo, embora possa ser estimada, é irredutível (Bell & Griffin, 2012).

Os impactos da adoção das IFRS no âmbito do gerenciamento de resultados podem ser interpretados em duas frentes opostas. A primeira, condicionada ao aumento do gerenciamento de resultados, é factível em função da maior liberdade ofertada aos gestores em certas escolhas contábeis (Ahmed, Chalmes & Khelif, 2013). A segunda, cujo efeito é mitigador, pode ser explicada pela maior transparência das informações dispostas ao mercado, inibindo eventuais ações de caráter arbitrário (Barth, Landsman & Lang, 2008; Leuz, Nanda & Wysocki, 2003).

Para Capkun, Collins e Jeanjean (2016) e Said (2019), tais sustentações são exemplos da ainda ambígua literatura sobre a relação das IFRS com o gerenciamento de resultados, mas, aparentemente, denota-se que a mudança para o padrão contábil internacional, de uma forma ou de outra, gera implicações na qualidade da informação divulgada. Por conseguinte, o trabalho da auditoria independente é diretamente impactado (Bell & Griffin, 2012).

Diante do ensejo apresentado, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o efeito da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil?**

Cunha-se a partir da referida problemática a ideia de que a mudança de padrão contábil (BR GAAP para IFRS) tenha sido capaz de influenciar os trabalhos de auditoria independente no trâmite de redução do gerenciamento de resultados. Tal fato implicaria na assunção de que dispositivos normativos contábeis, a depender de suas propriedades, modifiquem percepções individuais e/ou de grupos de algum fato, conjecturando uma evidente interferência externa nos processos de trabalho habituais.

Como base teórica para responder o problema proposto, este estudo vale-se da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), disposta por Ajzen (1985, 1991), e tida como uma das teorias mais utilizadas no âmbito acadêmico da Psicologia comportamental (Sussman & Gifford, 2019). No que tange ao cerne teórico, a pesquisa contribui ao abarcar novos resultados para um campo ainda escasso no Brasil – relação entre gerenciamento de resultados e adoção das IFRS – (Damascena, Duarte & Paulo, 2017; Marçal & Macedo, 2019), abordando especificamente o papel da qualidade da auditoria neste cenário, algo ainda não explorado. O estudo de Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020) destaca exatamente esta questão como uma sugestão de pesquisa futura, reforçando o potencial de contribuição teórica da pesquisa.

Já na vertente prática, as contribuições podem ser percebidas para os investidores de empresas de capital aberto no Brasil quanto à elucidação da relevância da auditoria independente no processo de mitigação de resultados gerenciados considerando, especificamente, os efeitos da adoção das IFRS. Ou seja, os investidores poderão verificar a eficácia da qualidade da auditoria em termos comparativos quanto ao padrão contábil adotado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria do Comportamento Planejado (TCP)

A primeira investigação empírica sobre a relação “atitude-comportamento” foi feita por Lapiere (1934), conforme Fishbein & Ajzen (1975) e Dockery e Bedeian (1989). O estudo seminal de Lapiere (1934) buscou explorar tal relação mediante atitudes avaliadas por questionários e os respectivos comportamentos manifestos (as ações em si). Ao concluir a pesquisa, o autor encontra incongruências entre as respostas e os fatos ocorridos, levando-o a conclusão de que embora os questionários sejam eficientes na mensuração daquilo que os entrevistados imaginam ser suas ações, eles não são confiáveis para estimar suas atitudes em situações reais (Dockery & Bedeian, 1989).

Desde então, segundo Ajzen e Fishbein (1969), pesquisadores têm buscado investigar a discrepância percebida por Lapiere (1934) e tentam explicá-la por razões diversas. Nessa esteira, Dulany (1961) propôs a Teoria do Controle Proposicional. Segundo esta teoria, os indivíduos desenvolvem de forma consciente uma intenção para uma certa resposta e é essa intenção comportamental que determina a resposta emitida. Esta intenção, por sua vez, seria uma função de dois fatores, a saber: a hipótese da distribuição do reforço e a hipótese comportamental (Hennessy, 2012).

Mantendo a estrutura original de Dulany (1961), Fishbein (1967) traduz a primeira hipótese de Dulany (1961) como o elemento “atitudes” e a segunda hipótese como o elemento

“normas subjetivas”, gerando, assim, a Teoria da Ação Racional (TAR), em que o primeiro elemento representa as crenças pessoais do indivíduo acerca de um comportamento, enquanto o segundo elemento representa a pressão social exercida sobre o indivíduo sobre este mesmo comportamento (Fishbein & Ajzen, 2011).

Conforme Madden et al. (1992), a TCP surge para complementar a Teoria da Ação Racional (TAR) ao incluir uma variável exógena (controle comportamental percebido) que possui efeitos diretos e indiretos sobre o comportamento dos indivíduos, vide elementos A e B na Figura 1, a seguir.

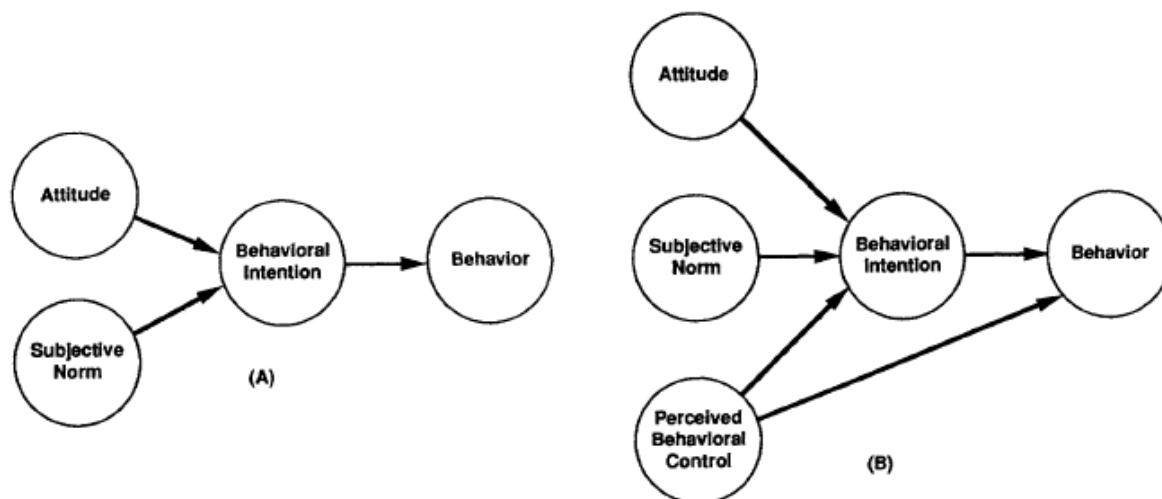


Figura 1. TAR x TCP

Fonte: Madden et al. (1992)

Para Ajzen (1985), percepções intrínsecas de controle podem influenciar a tentativa de um determinado comportamento, dado a título de exemplo que uma pessoa pessimista sobre seu poder de controle perante um comportamento pode nem mesmo chegar a tentar realizar o referido comportamento. Ainda de acordo com o autor, o controle comportamental percebido atua na TCP como uma expansão da TAR visando mitigar problemas deste gênero.

A sustentação teórica para a inclusão do controle comportamental percebido na relação estudada inicialmente pela TAR reside nos trabalhos de Bandura (1977, 1982) acerca da autoeficácia (Ajzen, 1985, 1992). Em uma breve elucidação acerca dos elementos da TCP no cerne da auditoria, podemos explicar sobre as atitudes, por exemplo, que estas seriam elementos essenciais para que os auditores consigam cumprir os propósitos de uma auditoria de qualidade (Chen, Kelly & Salterio, 2012). Poder-se-ia exemplificar as atitudes pelo interesse no ingresso na carreira em auditoria, como feito na pesquisa internacional de Dalton, Buchheit e McMillan (2014), ou ainda, a partir das pesquisas de Nolder e Kaldous (2018) e Pratama et al. (2019), que adentram sobre atitudes necessárias de um auditor independente.

Quanto às normas subjetivas, Roslender (1992) destacou que os profissionais da contabilidade, em geral, são dotados de capacidade técnica, mas, por outro lado, tendem a apresentar deficiências na área das habilidades sociais e comportamentais. Lima et al. (2021) destacam a timidez dos profissionais contábeis recém-formados, que preferem trabalhos solitários a trabalhos em equipe e/ou com contato direto com clientes. De igual forma, Ribeiro et al. (2006) já haviam demarcado o perfil médio do contador como o de uma figura hábil em termos de raciocínio analítico, mas, por vezes, limitada em aspectos de comunicação.

Seguindo esta premissa, Otley e Pierce (1996) relatam que estas nuances sejam particularmente relevantes nos complexos ambientes de auditoria. Conforme He et al. (2017), eventuais pressões externas exercidas sobre os auditores independentes podem vir a prejudicar a qualidade da auditoria. Para Nelson (2006), auditores independentes podem eventualmente

sentir-se pressionados a não prejudicar ou decepcionar seus clientes diante de relações sociais previamente estabelecidas.

Já o controle comportamental percebido, definido como a sensação do indivíduo de quão fácil ou difícil seria realizar um certo comportamento (Godin & Kok, 1996), pode ser compreendido no cerne da auditoria como um mecanismo capaz de facilitar ou dificultar o exercício dos trabalhos dos auditores independentes. Exemplo disso seria o resultado maior da pesquisa de Murcia, Borba e Schiehl (2008). Nesse estudo, os autores investigam a percepção de auditores independentes sobre os *red flags* na avaliação do risco de fraude em demonstrações contábeis. Ao final da pesquisa, as evidências encontradas a partir de uma análise hierárquica de *clusters* indicam o surgimento de três grupos cujos discernimentos acerca da relevância dos *red flags* apresentam-se em distintos níveis. Ou seja, havia uma análise individual quanto ao caráter de dificuldade imposto para um mesmo trabalho.

Como visto, diversos fatores poderiam ser enquadrados como facilitadores (ou como entraves) para um trabalho de auditoria, a depender da visão intrínseca de cada sujeito. Conforme destacado na seção primária deste estudo, acredita-se que as IFRS podem ser elencadas neste grupo de variáveis, seja em sentido favorável ou desfavorável aos auditores independentes.

2.2 Gerenciamento de Resultados (GR)

Gerenciamento de Resultados é o termo adotado para classificar alterações premeditadas no resultado econômico das entidades com o intuito de obter ganhos particulares (Schipper, 1989). A depender dos propósitos de cada gestor no processo de GR, o ato é feito por meio de manipulações nos *accruals* ou por atividades reais (Zang, 2012), havendo um *trade-off* entre estes quando um é mais custoso que o outro (Ipino & Parbonetti, 2017). Enquanto o GR por *accruals* ocorre a partir de escolhas contábeis atreladas a contas de resultado, o GR por atividades reais ocorre pela alteração de rotinas operacionais, como a mudança no fluxo das vendas ou dos montantes de despesas discricionárias (Schuster & Klann, 2019).

Mas, conforme Dyreng et al. (2020), o gerenciamento de resultados por *accruals* é mais arriscado perante investigações dos auditores e de órgãos reguladores e, por esta razão, servirá de enfoque nesta pesquisa, que investiga a relação observada deste construto junto aos serviços prestados por auditores independentes.

Os *accruals* se tornaram um elemento básico no que se refere ao contexto acadêmico da contabilidade e da auditoria (Jackson, 2018). A obtenção desta medida, em sua forma agregada, decorre da simples diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das entidades (Martinez, 2008; Schuster & Klann, 2019). Porém, somente a parcela discricionária dos *accruals* é tratada como *proxy* de gerenciamento de resultados, ao passo que a parcela não-discricionária é derivada das atividades naturais das empresas (Martinez, 2008). Isto pode ser visualizado perante a Figura 2.

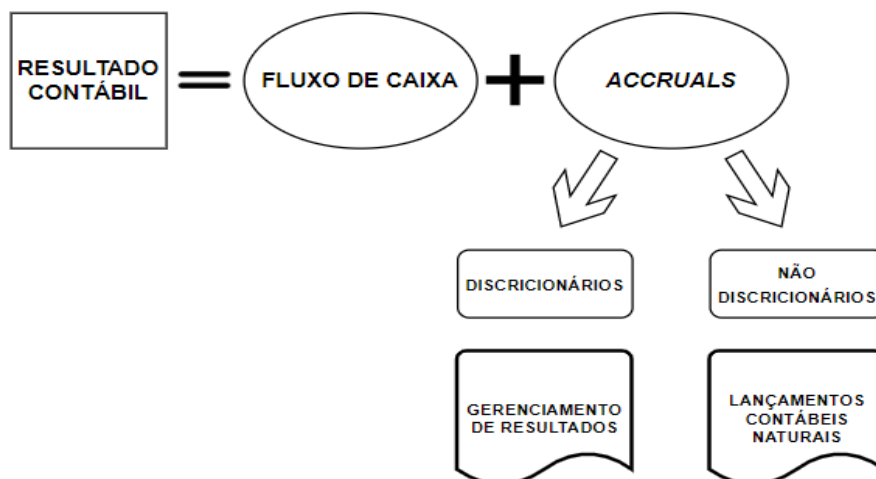


Figura 2. *Accruals* discricionários x *accruals* não-discricionários
 Fonte: Adaptado de Martinez (2008)

A segregação das parcelas do GR (discricionária e não-discricionária) é deveras complexa (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995; Dechow, Hutton, Kim & Sloan, 2012), o que despertou o interesse acadêmico e o uso contínuo de distintos modelos econométricos para tal função (Duarte, Galdi & Damasceno, 2020; Jackson, 2018). São muitos os modelos desenvolvidos com o intuito de seccionar as parcelas dos *accruals*, não sendo objeto deste estudo adentrar os pormenores de cada um deles, porém, ressalta-se que todos possuem determinadas limitações diante dos critérios adotados pelos autores, não existindo um modelo perfeito (Dechow et al., 1995).

2.3 Qualidade da Auditoria (QA)

Consoante Abad, Sánchez-Ballestra e Yagüe (2017), a auditoria independente é um aparato capaz de agregar confiabilidade para as demonstrações contábeis das entidades que as divulgam. Diante do exposto precedente, tem-se a premissa da competência dos auditores como um pré-requisito para que o exercício da auditoria independente seja considerado como de boa qualidade. Todavia, é mister destacar que uma auditoria de qualidade requer, ainda, outra característica, a independência (DeAngelo, 1981).

A referida autora seminal conjectura a qualidade da auditoria como uma combinação entre a capacidade de detecção de eventuais distorções contábeis (competência) e a liberdade para o informe destes possíveis entraves ao mercado (independência). Tal conceituação, apesar de clássica, é utilizada de forma proeminente até a atualidade (Sulaiman et al., 2019).

Aobdia (2019) e Khani e Noroozian (2018) explicam que a qualidade da auditoria não é diretamente observável, fato que dificulta a sua mensuração e exige dos pesquisadores o uso de *proxies* diversas para tal fim. Assim, algumas destas *proxies* podem vir a representar a vertente da competência, outras a fazem para a independência e outras tantas, para ambos os casos (Paulo, Cavalcante & Paulo, 2013).

Não obstante, as *proxies* de qualidade de auditoria podem, ainda, serem classificadas como *input* ou *output* (DeFond & Zhang, 2014). Enquanto a primeira classe reporta atributos observáveis do auditor e/ou da firma de auditoria, a segunda classe deriva, em geral, da qualidade dos relatórios financeiros das empresas auditadas (Aobdia, 2019).

DeFond e Zhang (2014) salientam que enquanto as *proxies* do tipo *input* são as mais utilizadas na literatura em função de sua praticidade, as *proxies* do tipo *output* tendem a ser as mais eficientes no processo de mensuração da qualidade da auditoria, sendo a sua fragilidade a limitação no montante de evidências. Porém, destacam os referidos autores que o ideal de

pesquisa na construção de uma medida de auditoria de qualidade seria o uso combinado de medidas *input* e *output*.

Seguindo esta premissa e valendo-se apenas de *proxies* de fossem capazes de representar a competência e a independência dos auditores de forma conjunta, esta pesquisa assume como variáveis *input* e *output* para QA, respectivamente, o Tamanho das Firma de Auditoria (TFA) e o Tempo de Prestação de Serviços no Cliente (TPSC). O TFA havia sido sugerido como a principal *proxy* de qualidade de auditoria desde o trabalho seminal de DeAngelo (1981) e, aparentemente, este fato segue em voga até a contemporaneidade, vide as pesquisas de DeFond, Erkens e Zhang (2017), Orazalin e Akhmetzhanov (2019), e Zandi, Sadiq e Mohamad (2019), que enfatizaram de alguma forma o uso desta métrica como *proxy* de qualidade de auditoria.

Em suma, DeAngelo (1981) ressaltou que o TFA – rotineiramente representado pelo fato de a firma ser ou não uma das *Big Four* do ramo – sugere uma maior competência, uma vez que empresas maiores possuem mais recursos financeiros e técnicos que, por sua vez, retornam trabalhos de melhor qualidade. E, paralelamente, a independência destas firmas também tende a ser maior, já que ao possuírem mais recursos financeiros, são menos dependentes de um cliente e, portanto, menos suscetíveis a aceitarem práticas discricionárias dos gestores (Paulo et al., 2013).

Em relação ao TPSC, assume-se, de uma forma geral, que quanto maior for este tempo, mais conhecimento será agregado ao auditor em relação ao cliente, elevando a qualidade do serviço de auditoria independente (Ghosh & Moon, 2005, Paulo et al., 2013). Contudo, sendo o relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente mais longínquo, é presumida uma redução da independência do auditor diante da aproximação entre as partes (Al-Thuneibat, Al Isa & Ata Baker, 2011; DeFond & Subramanyam, 1998; Carey & Simnett, 2006). Neste sentido, Junaidi, Apriyanto, Nurdiono e Suwardi (2014) salientaram a ambiguidade desta variável para a qualidade da auditoria e indicaram a continuidade de sua utilização como forma de melhor elucidar tal questão.

São exemplos de pesquisas contemporâneas que utilizaram o tempo de prestação de serviços no cliente como *proxy* de qualidade da auditoria: Buntara e Adhariani (2019), que evidenciaram uma melhora da qualidade da auditoria para as empresas de capital aberto da Indonésia que mantiveram contratos mais longínquos com as suas firmas de auditoria; Apandi (2018) que, por outro lado, identifica também no mercado da Indonésia um efeito negativo na percepção dos investidores sobre a qualidade dos lucros quando os contratos de auditoria são de longo prazo; e Marçal e Alberton (2020), que percebem insignificância do tempo de prestação de serviços da firma de auditoria sobre a qualidade da auditoria aos olhos de *Chief Executive Officers* (CEO's) de empresas do mercado de capitais do Brasil.

2.4 International Financial Reporting Standards (IFRS)

Conforme Tsunogaya, Hellmann e Scagnelli (2015), a necessidade da convergência para um padrão internacional (IFRS) se deu em função da ideia de que um único conjunto de determinações seria um meio importante de melhorar a comparabilidade dos relatórios financeiros. Todavia, embora as IFRS tenham o propósito de padronizar as informações contábeis entre as nações, seu processo de adoção ocorreu de forma distinta a partir de peculiaridades locais (Kvaal & Nobes, 2010).

Com o advento da Lei 11.638/2007, que viria a alterar a Lei 6.404/1976, foi instaurado, oficialmente, o processo de convergência ao padrão IFRS no Brasil. Isso foi feito pelas empresas de forma facultativa a partir de 2008 e de forma obrigatória a partir de 2010 (Sousa, Sousa & Demonier, 2016).

Ainda que autores como Zhang et al. (2013) e Martucheli e Pereira Filho (2021) sustentem a ideia de que países sob regime jurídico *Code Law* (como o Brasil) sejam mais

propensos a encontrar dificuldades no processo inicial de adoção das IFRS, Duarte, Amaral e Azevedo (2020), sustentam a ideia de que o Brasil foi um caso excepcional. Isto porque, segundo estes autores, ainda na fase facultativa das IFRS, grandes empresas já optaram por adotar o modelo baseado em princípios em detrimento ao modelo engessado em regras com o propósito de facilitar relações internacionais.

Alguns estudos de caráter empírico propuseram, então, analisar os efeitos da adoção das IFRS no cenário nacional sob diferentes perspectivas, vide Damascena et al. (2017), Figlioli et al. (2017), Kajimoto e Nakao (2018) e Boina e Macedo (2018). Conforme Martucheli e Pereira Filho (2021), com a chegada das IFRS, os gestores passaram a usufruir de uma maior gama de discricionariedade contábil, dado que, em certos casos, foi lhes permitida a escolha entre duas ou mais opções. Isto, por sua vez, possibilitou um aumento na agressividade dos *accruals* perante as apropriações por competência (Ahmed et al., 2013; Braga, 2017).

Nessa esteira, Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) ressaltam a necessidade de atenção dos profissionais contábeis no que tange ao risco de especulação gerencial voltada para aspectos oportunistas em função de algumas possibilidades elencadas pelos princípios gerais das IFRS. Joshi, Yapa e Kraal (2016) e Martucheli e Pereira Filho (2021) reforçam este entendimento ao exaltarem a necessidade de treinamento dos profissionais contábeis para que as normas internacionais de contabilidade venham, de fato, contribuir para o crescimento econômico das entidades, sem que haja deturpação da realidade.

As pesquisas de Boina e Macedo (2018) e Cardoso et al. (2015) denotam empiricamente os relatos de Ahmed et al. (2013) ao verificar um aumento no volume de *accruals* discricionários no mercado de capitais do Brasil. Mas, por outro lado, Joia e Nakao (2014) e Pelucio-Grecco et al. (2014), também analisando as empresas de capital aberto listadas no Brasil, encontram evidências opostas, ou seja, tais autores evidenciam uma redução no volume de *accruals* discricionários após a adoção das IFRS. Este cenário oposto pode ser explicado, a princípio, pela maior transparência das informações contábeis em se tratando do padrão IFRS, fato que, por conseguinte, inibiria possíveis ações de caráter arbitrário por parte dos gestores (Barth et al., 2008; Leuz et al., 2003).

A ambiguidade de resultados possíveis no que diz respeito aos *accruals* discricionários relacionados à adoção das IFRS fora destacada por Capkun et al. (2016) e Said (2019), cabendo aos autores o relato de que, em geral, a adoção do padrão internacional tende a alterar o volume das acumulações discricionárias, independentemente do sentido.

Argumenta-se desde já que, para a presente pesquisa, foi pré-assumida a ideia de aumento do volume médio de *accruals* discricionários. Tal consideração deriva dos resultados encontrados na pesquisa nacional mais recente sobre o tema (Boina & Macedo, 2018).

2.5 Desenvolvimento das hipóteses de pesquisa

Independentemente da ocorrência de dolo, o gerenciamento de resultados é considerado, segundo Healy e Wahlen (1999), uma desvirtuação da realidade da situação econômico-financeira das empresas aos olhos dos investidores. Assim, os resultados gerenciados devem ser mitigados por auditorias de qualidade (DeAngelo, 1981). Isto porque os auditores independentes devem atuar como certificadores da credibilidade dos reportes financeiros das empresas auditadas (Alzoubi, 2018), fato que sugere uma relação inversa entre o nível de qualidade dos trabalhos de auditoria e o volume de resultados gerenciados.

Diante deste aparato teórico e das observações empíricas de Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020), Lennox et al. (2018), Lennox et al. (2016) e outros, assume-se a seguinte hipótese:

H1: *A qualidade da auditoria está negativamente associada ao gerenciamento de resultados.*

Por sua vez, as normas internacionais de contabilidade (IFRS) também influenciam o gerenciamento de resultados de alguma forma (Ipino & Parbonetti, 2017). Por um lado, a mudança para o padrão contábil internacional pode auxiliar a reduzir as práticas de gerenciamento de resultados dada sua exigência de maior transparência das informações contábeis ao mercado (Barth et al., 2008; Leuz et al., 2003), inibindo ações discricionárias dos gestores.

Mas, por outro lado, seria factível, segundo Ahmed et al. (2013), que a adoção das IFRS ensejasse em um aumento do gerenciamento de resultados em função da oferta de mais liberdade aos gestores no processo de escolhas contábeis. Tal lógica foi corroborada no cenário nacional, por exemplo, por Boina e Macedo (2018) e Cardoso et al. (2015), ao observarem um avanço no volume de *accruals* discricionários a partir da adoção das IFRS.

Percebe-se, então, que há ambiguidade na literatura em se tratando da influência das IFRS sobre o gerenciamento de resultados (Capkun et al., 2016; Said, 2019), mas os indícios são de que, de uma forma ou de outra, a mudança para o padrão contábil internacional altera a qualidade dos reportes financeiros em termos de resultados gerenciados.

Diante da supracitada ambiguidade, não seria possível supor uma direção de hipótese. Por este motivo, optou-se por seguir os resultados correlatos da pesquisa mais recente (Boina & Macedo, 2018), em detrimento das pesquisas menos contemporâneas (Joia & Nakao, 2014; Grecco et al., 2014). Consequentemente, foi assumida como mais provável a direção de influência positiva das IFRS no GR. Destarte, tem-se:

H2: *A adoção das IFRS está positivamente associada ao gerenciamento de resultados.*

Dentre as nuances das IFRS, cabe destaque ao amplo uso das mensurações de valor justo, incluindo as contas de investimentos de curto e longo prazo, imobilizado, intangíveis, *stock options*, operações descontinuadas, dentre outras (Ball, Li & Shivakumar, 2015). Nesta modalidade de mensuração, há uma maior subjetividade nas informações reportadas ao mercado desde a interpretação individual de cada elemento em sua gama de contextos até a eventual ausência de mercado para algum ativo, que exige dos gestores a assunção de cálculos com critérios igualmente subjetivos (Iudícibus & Martins, 2007).

Assim, a maior utilização das mensurações a valor justo, ao inibirem as tradicionais mensurações por valores históricos, conjecturam as IFRS como potenciais desafios aos trabalhos dos auditores independentes (Kumarasiri & Fisher, 2011). Para Bell e Griffin (2012), os auditores foram postos em uma situação de emprazamento no momento da emissão de uma determinada opinião. Tal entrave poderia se tornar especialmente árduo no âmbito dos resultados gerenciados, uma vez que tais elementos são dotados de parcelas compostas por visões particulares dos gestores (Marçal & Macedo, 2019; Martins et al., 2016).

No entanto, se corroborada a lógica trazida por Barth et al. (2008) de que a maior transparência das IFRS inibe o gerenciamento de resultados diante da exposição das ações oportunísticas dos gestores, a mudança para o padrão contábil viria a se tornar um facilitador dos trabalhos dos auditores independentes no sentido de mitigação de resultados gerenciados.

Destarte, ainda que não seja fiável determinar um sentido *a priori*, há uma esperança hipotética baseada na literatura existente de que as IFRS poderiam vir a impactar o poder de mitigação do gerenciamento de resultados de alguma forma. Este fato traz à tona, então, a última hipótese de pesquisa, delineada como:

H3: *A adoção das IFRS tem papel moderador na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados.*

A referida hipótese está em linha com a sugestão de pesquisa feita por Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020), que investigaram em seu estudo a relação entre a qualidade da auditoria e a assimetria da informação, sendo esta mensurada a partir do *bid-ask spread*, especificamente.

Por fim, respeitando o conceito de qualidade de auditoria de DeAngelo (1981), em que tal termo é derivado de um composto dos aspectos de competência e independência dos

auditores independentes, pode-se resumir os meandros da presente pesquisa a partir de seu desenho.

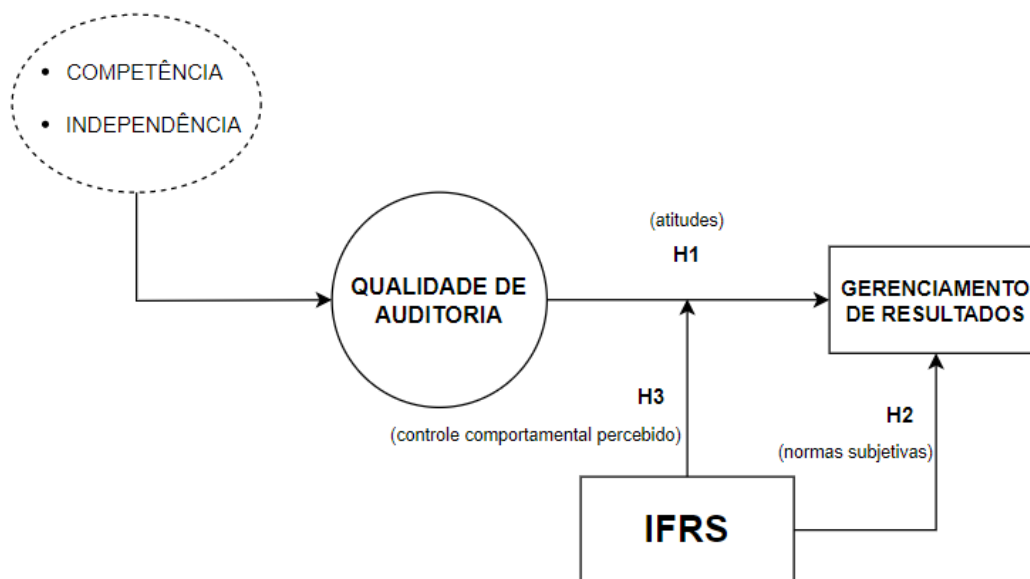


Figura 3. **Desenho de pesquisa**
 Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Revisitando os conceitos da TCP, assume-se que a H1 denota o elemento “atitudes” ao reportar um comportamento intrínseco dos auditores no processo de mitigação do gerenciamento de resultados. A H2 remete ao elemento “normas subjetivas”, enquanto gestores poderiam ser eventualmente pressionados por uma força externa (IFRS) em suas ações favoráveis ou desfavoráveis à ocorrência do GR.

Por fim, o “controle comportamental percebido” estaria representado na H3, uma vez que a adoção das IFRS ensejaria um eventual aumento das práticas de GR (Schuchter & Levi, 2016), gerando entraves nos trabalhos de auditoria em termos de mitigação do GR ou um efeito inverso, qual seja, inibiria a ocorrência de GR perante a exigência de mais transparência aos usuários externos (Barth et al., 2008), conjecturando-se como uma ferramenta de auxílio aos auditores na mitigação de GR.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como população as empresas não-financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão [B]³. A amostra é considerada não-probabilística uma vez que foram adotados critérios de seleção prévia fundamentos em aparato teórico, que são pormenorizados na sequência.

A adoção obrigatória das IFRS no Brasil se deu no ano de 2010, todavia, Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) haviam destacado que os anos iniciais das IFRS (período de transição) não eram capazes de incorporar totalmente seus efeitos, gerando vieses nas inferências de gerenciamento de resultados. Este fato foi comprovado empiricamente, inclusive, na pesquisa de Jeanjean e Stolowy (2008).

Assim, optou-se por definir o ano de 2015 como o ano-base para o período pós-IFRS. Este período teve como ano-fim o exercício de 2019. Isto porque, em 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19, diversos setores foram impactados e, portanto, haveria um potencial risco de enviesamento na análise longitudinal em função deste exercício atípico.

Como o período pós-IFRS abarcou 5 exercícios (2015-2019), optou-se por intervalar o período pré-IFRS de igual forma, tendo o propósito de equilibrar o painel de dados em termos

de adoção das IFRS. Destarte, o período pré-IFRS se inicia em 2003 e termina em 2007 (último ano antes da adoção voluntária das IFRS).

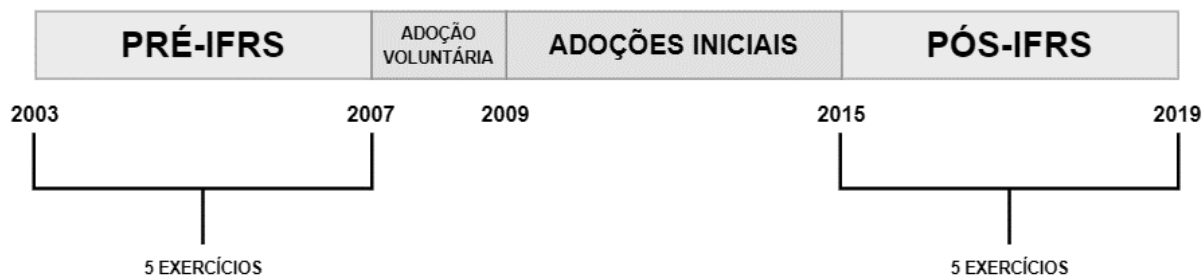


Figura 4. **Recorte cronológico**

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Cabe destacar que o período de adoção voluntária das IFRS (2008-2009) foi desconsiderado, uma vez que, neste cenário, não seria possível analisar os efeitos da mudança do padrão contábil como um todo para o mercado de capitais no Brasil (Marçal & Macedo, 2019; Silva, Borges, Gonçalves & Nascimento, 2017).

Para a composição amostral, foram eliminadas as observações de empresas que não apresentaram todas as informações necessárias e/ou que não apresentaram dados em todos os exercícios observados, conforme ações de Van Tendeloo e Vanstraelen (2005). Ao manter apenas as empresas que apresentam dados para todos os exercícios, o painel de dados será plenamente balanceado, fato necessário para um adequado acompanhamento cronológico durante as inferências (Gujarati & Porter, 2011).

Os dados referentes ao resultado, ao fluxo de caixa e aos elementos responsáveis pela extração dos *Accruals* Totais (ACCT) e dos *Accruals* Discricionários (ACCD) foram coletados diante da plataforma Economática[®]. Já os dados que remetem ao componente Qualidade da Auditoria (QA) foram coletados na plataforma Thomson Reuters[®]. Em síntese, a Tabela 1 denota o processo de corte populacional, passo a passo, até a obtenção da amostra final da pesquisa.

Tabela 1. **Composição amostral**

Evento	Nº de Empresas	Nº de Observações
População	276	2760
(-) Dados faltantes da Economática	127	1270
(-) Dados faltantes da Thomson Reuters	57	570
(=) Amostra final	92	920

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Optou-se pela adoção prévia de um painel de dados balanceado porque os erros-padrão são maiores em painéis não-balanceados, conforme Nijman e Verbeek (1992), fato que diminui a precisão média do modelo. Não obstante, o uso de painéis não-balanceados sugere maior presença de viés de atrito (Gadelha, 2011). Segundo este autor, isso poderia afetar a significância do teste de Hausman.

Como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) só veio a se tornar obrigatória a partir da adoção das IFRS, a extração da variável ACCT por meio da abordagem dos fluxos de caixa não seria possível, destarte, tal extração, para ambos os períodos, decorreu da abordagem do balanço patrimonial (Eq. 1). Este procedimento é comum, segundo Hribar e Collins (2002) justamente pela indisponibilidade de dados da DFC nos anos que precedem as IFRS.

$$\text{(Eq. 1) } ACCT_{i,t} = \frac{(\Delta AC_{i,t} - \Delta DISP_{i,t}) - (\Delta PC_{i,t} - \Delta PFCP_{i,t}) - DEPAMO_{i,t}}{A_{i,t-1}}$$

Em que:

ACCT_{i,t} é o montante de *accruals* totais da empresa *i* no período *t*;

A_{i,t-1} são os ativos totais da empresa *i* no período *t-1*;

ΔAC_{i,t} é a variação do Ativo Circulante da empresa *i* no período *t*;

$\Delta PC_{i,t}$ é a variação do Passivo Circulante da empresa i no período t ;
 $\Delta DISP_{i,t}$ é a variação das Disponibilidades da empresa i no período t ;
 $\Delta PFCP_{i,t}$ é a variação do Passivo Financeiro de Curto Prazo da empresa i no período t ;
 $DEPAMO_{i,t}$ são as despesas de depreciação e amortização da empresa i no período t .

A variável ACCD foi considerada a partir do modelo de Dechow, Hutton, Kim e Sloan (2012), disposto na Equação 2. A escolha por este modelo decorre da adição do intercepto e dos *accruals* totais defasados ao modelo de Jones Modificado, que é amplamente utilizado pela literatura até os dias atuais (Consoni, Colauto e Lima, 2017). Essas adições corrigem o enviesamento dos coeficientes, adequando o poder de explicação (R^2) do modelo original – outrora criticado por Paulo (2007) – e permitem a captura do efeito de reversão dos *accruals* para o período corrente (Martins, Paulo & Monte, 2016).

$$\text{(Eq. 2)} \quad ACCT_t = \alpha + \beta_1 \left(\frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_2 (\Delta ROL_t - \Delta CR_t) + \beta_3 IMOB_t + \beta_4 ACCT_{t-1} + \varepsilon$$

Em que:

ACCT são os *accruals* totais;
 A é o ativo total;
 ΔCR é a variação do saldo de contas a receber;
 $IMOB$ é o saldo do ativo imobilizado;
 ΔROL é a variação da receita operacional líquida;
 α é o intercepto;
 $\beta_{1,2,3,4}$ são os coeficientes angulares;
 ε é o termo de erro estocástico.

A qualidade da auditoria, por sua vez, foi considerada a partir de duas das principais *proxies* da literatura, segundo DeFond e Zhang (2014), as variáveis TFA e TPSC, pormenorizadas previamente. Enquanto a TFA é representada de forma dicotômica (0 = Não *Big Four*; 1 = *Big Four*), conforme DeAngelo (1981), a variável TPSC é expressa em anos completos da relação firma de auditoria x cliente, tratando-se, portanto, de uma variável quantitativa discreta.

Tão logo, a Equação 3 reporta a regressão responsável por verificar as hipóteses de pesquisa.

$$\text{(Eq. 3)} \quad |ACCD| = \alpha + \beta_1 END + \beta_2 TAM + \beta_3 TFA + \beta_4 TPSC + \beta_5 IFRS + \beta_6 IFRS \times TFA + \beta_7 IFRS \times TPSC + \varepsilon$$

Em que:

$|ACCD|$ é o volume de *Accruals* Discricionários em módulo;
 $IFRS$ é uma variável *dummy* que assume valor 1 para o período pós-IFRS e 0 para o contrário;
 END é o Endividamento, mensurado pela razão entre o Passivo Exigível o Ativo Total da empresa;
 TAM é o Tamanho da empresa auditada, mensurado pelo logaritmo natural do seu total de ativos;
 α é o intercepto;
 $\beta_{1,2,n}$ são os coeficientes angulares;
 ε é o termo de erro estocástico.

As variáveis END e TAM foram adicionadas como variáveis de controle seguindo os estudos correlatos de Arioglu (2020), Bucholz, Lopatta e Maas (2019), Cunha, Leite e Moras (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).

A variável de resposta $|ACCD|$ foi tratada em sua função modular perante o interesse na intensidade do nível de gerenciamento de resultados, independentemente do propósito, seja ele de inflar ou reduzir o resultado do período. Este tratamento também foi adotado em pesquisas anteriores, vide Silvestre, Costa e Kronbauer (2018). A Tabela 2, a seguir, sintetiza as variáveis abordadas na pesquisa para fins elucidativos.

Tabela 2. **Variáveis de pesquisa**

SIGLA	NOME	DESCRIÇÃO	TIPO	FUNÇÃO	REFERÊNCIAS
ACCD	<i>Accruals</i> Discricionários	Parcela gerenciável dos lucros; estipulada como proxy de GR; mensurada a partir do termo de erro aleatório do modelo de Dechow et al. (2012).	Contínua	Regressando	Dechow et al. (2012).
END	Endividamento da empresa	Razão entre o Passivo Exigível e o Ativo Total.	Contínua	Controle	Arioglu (2020), Bucholz et al. (2019), Cunha et al. (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).
TAM	Tamanho da empresa	Logaritmo natural do Ativo Total.	Contínua	Controle	Arioglu (2020), Bucholz et al. (2019), Cunha et al. (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).
TFA	Tamanho da Firma de Auditoria	Ser uma das Big Four (valor 1) ou não ser uma das Big Four (valor 0).	<i>Dummy</i>	Regressor	DeAngelo (1981), DeFond et al. (2017), Orazalin e Akhmetzhanov (2019), Zandi et al. (2019).
TPSC	Tempo de Prestação de Serviços no Cliente	Medida, em anos, dos serviços prestados continuamente por uma firma em um determinado cliente.	Discreta	Regressor	Apandi (2018), Buntara e Adhariani (2019), Cunha et al. (2019), Marçal e Alberton (2020).
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>	Assunção do padrão IFRS (valor 1) ou o oposto (valor 0).	<i>Dummy</i>	Interação	Boina e Macedo (2018), Cardoso et al. (2015), Joia e Nakao (2014), Marçal e Macedo (2019), Pelucio-Grecco et al. (2014).

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Foi adotado o método de winsorização como medida de tratamento para possíveis *outliers* (Fávero et al., 2009). Foram aparados valores extremos referentes a 10% da amostra, ou seja, 5% de cada cauda da distribuição. O processo foi feito apenas nas variáveis quantitativas contínuas (|ACCD|, END e TAM). Todos os testes, bem como o cálculo das regressões, serão realizados com o auxílio do *software* STATA® considerando sempre um nível de confiança de 95%.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da Tabela 3, tem-se um compêndio das estatísticas descritivas das variáveis abordadas no presente estudo.

Tabela 3. Estatísticas descritivas

PAINEL A – Variáveis Quantitativas					
Variável	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-Padrão
ACCD	0,0009	0,0553	0,0183	0,0133	0,0152
END	0,2800	2,1800	0,7438	0,6826	0,4419
TAM	11,0300	17,8800	14,6475	14,6918	1,9861
TPSC	1,0000	7,0000	2,1402	2,0000	1,2195
PAINEL B – Variáveis Qualitativas					
Variável	Nº de casos “0”		Nº de casos “1”		
TFA	515		405		
IFRS	460		460		

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

É possível identificar na Tabela 3 que há dispersão controlada para as variáveis ao perceber medidas reduzidas de desvio-padrão e pela proximidade entre a média e a mediana em todas as variáveis. Este fato, a princípio, sugere eficácia no procedimento de *winsorização*, reduzindo o risco de influência de *outliers* na pesquisa.

Na sequência, tem-se o início do procedimento de extração da variável ACCD mediante o uso do modelo de Dechow et al. (2012), previamente explicitado na Equação 2.

Na performance do teste Jarque-Bera, foi identificado um p-valor de 1,8e-05. Tal valor é inferior ao nível de significância proposto (5%) e, portanto, há rejeição da hipótese nula que indica a normalidade dos resíduos da equação 2. Dado o tamanho da amostra (n = 920) e o exposto no Teorema do Limite Central, tal pressuposto foi relaxado (Wooldridge, 2014).

Em relação ao risco de heterocedasticidade, foi obtido um p-valor de 0,0480 no teste de Breusch-Pagan. Assim, a hipótese nula foi rejeitada e, por conseguinte, foi adotada a correção robusta de White para solucionar a ausência de homoscedasticidade (Gujarati & Porter, 2011).

Na sequência, foi testada a condição de multicolinearidade entre os regressores diante do teste FIV. Foi percebido um risco ínfimo deste entrave, haja vista que os valores individuais de FIV se aproximaram do mínimo (1 unidade), estando consideravelmente distantes do valor limite (10 unidades) estipulado por Gujarati e Porter (2011). Feitos os procedimentos básicos para a assunção de uma regressão linear múltipla, tem-se, na sequência, os resultados finais da Equação 2.

Tabela 4. Resultados de regressão – Equação 2

PAINEL A – Resultados individuais				
ACCT	Coefficiente	Erro-padrão	t	p-valor
$\left(\frac{1}{A_{t-1}}\right)$	131,7541	143,4718	0,92	0,359
$(\Delta ROL_t - \Delta CR_t)$	0,0151	0,0004	37,23	0,000***
IMOB _t	-4,63e-11	1,06e-11	-4,37	0,000***
ACCT _{t-1}	0,0018	0,0006	2,79	0,005***
α	-0,0400	0,0015	-25,27	0,000***
PAINEL B – Resultados gerais				
Nº de observações = 920		F = 355,92		
R ² = 0,7796		Prob > F = 9,8e-185		

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Legenda: * Estatisticamente significativa ao nível de 90% de confiança; ** Estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança; *** Estatisticamente significativa ao nível de 99% de confiança.

Os dados apresentados na Tabela 4 reportam um modelo estatisticamente significativo cujo poder de explicação (R²) é de aproximadamente 78%, sugerindo adequação pelo modelo delineado por Dechow et al. (2012). Avaliando os coeficientes individualmente, percebe-se que o primeiro beta não é estatisticamente significativo, diferentemente do ocorrido na pesquisa de Martinez e Leal (2019), mas similar ao ocorrido na pesquisa de Marçal e Macedo (2019). O segundo beta, por sua vez, apresenta significância estatística, diferentemente do que ocorrera em ambas as pesquisas correlatas citadas previamente.

Já o terceiro beta, coaduna com Marçal e Macedo (2019) e Sincerre et al. (2016), inclusive no sinal negativo, sugerindo que o acúmulo de ativos imobilizados está associado à redução dos *accruals* totais em função da apropriação de despesas de depreciação (Paulo, 2007). Porém, este resultado destoa de Martinez e Leal (2019). Os distintos resultados comparativos sugerem influência derivada de variabilidade amostral entre as pesquisas.

Por fim, o último beta, adicionado por Dechow et al. (2012) no modelo de Jones Modificado com o propósito de adicionar o efeito de reversão dos *accruals* para o período

presente, também apresentou fidedignidade estatística, reforçando a ideia de adequação na escolha do modelo, inicialmente.

Com a obtenção da variável ACCD e prosseguindo nos objetivos do trabalho, foi feita a seleção da melhor abordagem para o painel de dados a ser regredido na Equação 3. O teste de Chow reportou p-valor 0,0000, enquanto o teste de Hausman e o teste do Multiplicador Langrangeano de Breusch-Pagan reportaram, respectivamente, p-valores 0,9578 e 0,0000. Neste ensejo, a abordagem dos efeitos aleatórios se faz mais adequada, segundo Fávero et al. (2009).

Dito isso, foi verificada, inicialmente, a condição de normalidade dos resíduos a partir do teste Jarque-Bera. O teste apontou uma estatística Qui-quadrado de 332,70 (p-valor 5,67547e-73), sugerindo a rejeição de comportamento Gaussiano para os resíduos da Equação 3. Tal qual ocorrido na equação 3, o referido pressuposto foi relaxado perante o Teorema do Limite Central (Wooldridge, 2014).

O segundo pressuposto avaliado foi o da não existência de heterocedasticidade. Segundo Baltagi et al. (2010), em se tratando de modelos cuja abordagem seja a dos efeitos aleatórios, o teste mais adequado para tal função é o teste da Razão de Verossimilhança. Seguindo este preceito, foi obtido um resultado de $\cong 1,000$, indicando que a hipótese nula fosse aceita, ou seja, os resíduos estariam apresentando condições homocedásticas.

Continuando a avaliação prévia dos pressupostos básicos, foi performado o teste FIV para os dados da Equação 3. A variável com o maior valor foi IFRSxTPSC, cujo FIV foi de 6,4, enquanto a variável de menor FIV (1,18) foi END. O FIV médio foi de 3,01. Portanto, em quaisquer cenários a serem considerados, o modelo não apresentaria grau excessivo de colinearidade múltipla, conforme Gujarati e Porter (2011).

Finalmente, realizados todos os procedimentos necessários para a análise da regressão reportada pela Equação 3. As 920 observações, como dito, foram regredidas em um painel de dados de 10 exercícios (92 grupos observacionais) valendo-se da abordagem de efeitos aleatórios como parâmetro. Os resultados estão condensados na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Resultados de regressão – Equação 3

PAINEL A – Resultados individuais				
ACCD	Coefficiente	Erro-padrão	t	p-valor
END	0,0030	0,0016	1,90	0,058*
TAM	-0,0010	0,0005	-2,03	0,042**
TPSC	-0,0004	0,0005	-0,89	0,376
TFA	0,0027	0,0013	2,01	0,044**
IFRS	-0,0009	0,0018	-0,49	0,621
IFRSxTPSC	0,0008	0,0006	1,25	0,210
IFRSxTFA	-0,0065	0,0019	-3,36	0,001***
α	0,0313	0,0078	4,00	0,000***
PAINEL B – Resultados gerais				
Nº de observações = 920			Wald = 38,24	
R² = 0,0465			Prob > F = 0,0000	

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Legenda: * Estatisticamente significativa ao nível de 90% de confiança; ** Estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança; *** Estatisticamente significativa ao nível de 99% de confiança.

O modelo apresenta significância estatística a um nível de confiança de 99%, explicando cerca de 4,6% da variação da variável dependente. Abordando inicialmente as variáveis de controle, é possível verificar a significância estatística de END e TAM a um nível de confiança de 90% e 95%, respectivamente. Os efeitos percebidos nestas variáveis estão de acordo com os resultados de recentes pesquisas nacionais (Cunha et al., 2019; Paulo & Mota; 2019). *A priori*, as variáveis de controle são eficientes em seu propósito ao indicarem um avanço no GR a partir do nível de endividamento da empresa e um decréscimo no GR em função do tamanho da respectiva empresa.

Quanto às variáveis TPSC e TFA, que compõem o elemento QA, verifica-se que a primeira não é estatisticamente significante (0,376), diferentemente da segunda (0,044). A insignificância de TPSC contraria os preceitos teóricos de que o maior conhecimento agregado pelo tempo de serviços contínuos no cliente aumenta a QA (Ghosh & Moon, 2005) e a ideia oposta, qual seja, que a QA é impactada negativamente diante da possível redução de independência dos auditores de longo prazo (Al-Thuneibat, Al Isa & Ata Baker, 2011; DeFond & Subramanyam, 1998; Carey & Simnett, 2006).

Contudo, é mister destacar que Cunha et al. (2019) também percebeu este resultado de forma indireta (a pesquisa considera a rotação das firmas de auditoria) na relação com o GR, tal qual Marçal e Alberton (2020), a partir de respostas obtidas de CEO's nesta relação. Destarte, é plausível considerar que, embora a variável apresente valor teórico e resultados comprovados empiricamente em âmbito internacional (Apandi, 2018; Buntara & Adhariani, 2019), no cenário nacional, a variável TPSC possa não apresentar relevância no processo de mitigação do GR.

Este ensejo sugere duas potenciais conjunturas. A primeira é que os auditores independentes não estariam agregando conhecimento específico do cliente com o passar do tempo. A segunda, que estes auditores não absorvem o estreitamento de laços com o cliente, fazendo com que sua característica de independência permaneça inalterada.

Já a variável TFA, ainda que seja estatisticamente significante, apresenta sinal oposto ao esperado por DeAngelo (1981). Diferentemente da sugestão da autora, que afirmara a provável redução do GR em empresas auditadas por *Big Four* dados os maiores recursos técnicos e financeiros destas firmas, os resultados desta pesquisa sugerem que há um aumento do GR, em geral, quando a empresa é auditada por uma das 4 grandes.

Este resultado, contudo, é corroborado por Souza Neto, Sampaio e Flores (2021). Conforme estes autores, no Brasil, mesmo para as grandes empresas, com melhores níveis de governança corporativa, os mecanismos de controle do GR (conselho de administração, órgãos reguladores e auditores independentes) parecem ser insuficientes.

Ainda de acordo com Souza Neto et al. (2019), poderia haver uma aceitação tácita de que o GR é um fenômeno natural, gerando um “Estado das coisas”. Tal cenário implicaria, especificamente sobre os auditores independentes, um efeito “bola de neve” em que o acúmulo de “aceitações” do GR pelos auditores poderia se tornar uma grande fraude contábil, prejudicando, inclusive, a reputação da própria firma de auditoria, além de, é claro, causar eventuais reflexos econômicos.

Um outro elemento capaz de elucidar o resultado inesperado de TFA diz respeito às especificidades locais às quais as práticas de GR possam vir a ocorrer. Por exemplo, conforme Van Tendeloo e Vanstraelen (2008), a mitigação do GR por parte dos auditores de firmas Big Four estaria necessariamente atrelada ao alinhamento fiscal, em que as demonstrações são analisadas com rigor por parte de autoridades fiscais, sendo mais factível a evidenciação de uma eventual falha de auditoria.

Já Wang e Yang (2012), a partir de sua pesquisa, cuja amostra foi de cerca de 50.000 observações de 42 diferentes países, dizem que embora se espere uma maior eficácia dos auditores *Big Four* quando comparados aos demais no quesito de monitoramento dos resultados, esta crença não é concretizada uniformemente em se tratando de diferentes localidades. Na verdade, os autores salientam que as diferenças internacionais tendem a criar diferentes incentivos na produção dos relatórios de auditoria por parte dos auditores das grandes firmas.

Corolário aos resultados supracitados, tem-se a não confirmação da H1 deste estudo, uma vez que, dentre os dois componentes avaliados, um foi irrelevante em termos estatísticos e o outro apresentou comportamento adverso ao esperado. Em termos teóricos, estaria sendo

rejeitado o efeito do elemento “atitudes” da TCP, diagnosticando uma falha nos mecanismos individuais na construção de um comportamento.

Na sequência, observando os resultados de IFRS na Tabela 5, evidencia-se uma insignificância estatística (em termos gerais) da referida variável, contrariando Ipino e Parbonetti (2017), inicialmente. Capkun et al. (2016) e Said (2019) haviam indicado a possibilidade de ambiguidade nos efeitos da adoção das IFRS sobre o GR e, de acordo com os resultados obtidos, a gama de resultados possíveis se estenderia até mesmo a não significância da variável.

Uma possível explicação para isso seria o fato de que IFRS abarca associações com o GR em demonstrações contábeis no padrão IFRS e no padrão antecessor. Conforme Cardoso et al. (2015), ao analisar séries históricas que contemplem diferentes padrões contábeis, haveria um risco inerente de que os resultados fossem inexatos.

Todavia, considerando o pleno balanceamento do painel de dados, o risco de viés metodológico desta pesquisa passa a ser ínfimo, fato que torna plausível a não confirmação da H2. Ou seja, a adoção das IFRS, por si só, não é capaz de influenciar positivamente o GR. Naturalmente, o elemento “normas subjetivas” da TCP não estaria presente no modelo.

Por fim, tem-se o foco do estudo, o elemento “controle comportamental percebido” da TCP. Tal elemento, representado por IFRSxTPSC e IFRSxTFA, denota, respectivamente, insignificância estatística e significância estatística com alteração de sinal após a interação. Isso implica dizer que as IFRS não são capazes de modificar a irrelevância de TPSC, corroborando a ideia geral delineada sobre esta variável para empresas de capital aberto no Brasil. Por outro lado, a adoção das IFRS foi capaz de tornar TFA mais relevante em termos estatísticos, além de alterar seu sinal de positivo para negativo.

A alteração do sinal faz com que TFA exerça, nesse momento, a supracitada premissa de DeAngelo (1981). Ou seja, a partir da adoção das normas internacionais, empresas auditadas por firmas *Big Four* estariam menos propensas a gerenciar resultados. Por possuírem mais recursos financeiros e, conseqüentemente, mais recursos técnicos, as maiores firmas de auditoria poderiam exercer melhores julgamentos (inerentes às IFRS) no processo de mitigação do GR.

Não obstante, com a exigência de mais transparência ao mercado nas escolhas contábeis pelas IFRS (Barth et al., 2008), práticas de GR seriam mais facilmente identificáveis e, a considerar o risco de exposição da reputação da firma de auditoria em casos graves (limiares entre GR e fraudes) ressaltado por Souza Neto et al. (2019), as *Big Four* poderiam ser mais incisivas em seus trabalhos voltados para a inibição de GR, já que possuem menor dependência de um único cliente quando comparadas às firmas de menor porte.

Assim, fica evidenciada uma rejeição parcial da H3, objeto central deste estudo. Se, por um lado, rejeita-se a referida hipótese em função dos diagnósticos de TPSC (variável *output*), não é possível rejeitá-la diante dos resultados percebidos em TFA (variável *input*). Dessa forma, a QA se configuraria como um elemento mais relevante na prevenção, identificação e controle das práticas de GR, tal qual haviam sugerido Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020).

Cabe ressaltar que Cunha e Barros (2022) dissertam sobre a dificuldade de captura dos efeitos das IFRS em adoções obrigatórias no Brasil sobre a qualidade da informação contábil. Conforme os autores, seria natural a captura parcial dos efeitos, corroborando os achados desta pesquisa.

Por conseguinte, dada a relação (ainda que parcial) do efeito moderador das IFRS na relação entre a QA e as práticas de GR, o “controle comportamental percebido” estaria presente no modelo proposto, coadunando com a TCP.

É importante destacar que, segundo Lee, Cerreto e Lee (2010) a situação ideal para a conjuntura de um comportamento ocorre quando um determinado indivíduo possui percepções intrínsecas sobre uma ação (atitudes), sendo estimulado por referências externas (normas

subjetivas) e sentindo-se capaz de adotar o comportamento de forma eficaz (controle comportamental percebido).

Porém, Ajzen (2015) expõe que a presença dos três fatores de forma concomitante em uma mesma intenção comportamental é muito difícil ou mesmo impossível. Portanto, a ausência dos elementos “atitudes” e “normas subjetivas” não implica em uma invalidação teórica e, muito menos, do elemento “controle comportamental percebido” em si.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se, a partir dos resultados da pesquisa que: a) a adoção das IFRS assumiu papel moderador na relação QA x GR em se tratando de uma *proxy input* (TFA), alterando o sinal e a magnitude do coeficiente, mas não o fez com a *proxy output* (TPSC); b) embora o período pré-IFRS tenha apresentado média estatisticamente maior que o período pós-IFRS no volume de *accruals* discricionários, as IFRS, de forma isolada, não foram capazes de inflar ou mitigar esta variável; c) a variável TPSC, aparentemente, não é relevante no processo de mitigação do GR para empresas de capital aberto no Brasil, ao passo que a variável TFA tem potencial de influência nesse aspecto.

A H1 da pesquisa, que apontava uma associação negativa da QA com o GR foi rejeitada, suprimindo a ideia do elemento “atitudes” no modelo elencado. Possíveis explicações para esta refuta seriam a irrelevância do tempo agregado de prestação de serviços de auditoria em um determinado cliente no Brasil e o aceite velado das firmas de auditoria de que o GR é apenas um fenômeno natural e não uma fraude em potencial.

As “normas subjetivas” da TCP, representadas na H2 (que afirmava a existência de influência positiva das IFRS no volume de GR), também viriam a ser consideradas como ausentes na intenção comportamental descrita na pesquisa. A rejeição da hipótese inviabiliza a ideia de que a mudança de padrão contábil, por si só, tenha sido capaz de alterar significativamente a prática de GR via *accruals* discricionários.

Por fim, foi avaliado o foco deste estudo, o elemento “controle comportamental percebido”. Este elemento foi representado pela H3, que viria a ser parcialmente não rejeitada. De fato, uma parcela da QA (referente ao TFA) teve seu efeito moderado pelas IFRS na relação com o GR. A outra parcela representante de QA (TPSC) manteve-se invariável na referida relação, por outro lado.

Dentre as contribuições do estudo, tem-se: a) na vertente teórica – o reporte de novos resultados na relação QA x GR, adentrando especificamente a vertente das IFRS, algo inexistente até o presente momento na literatura, sendo estes resultados passíveis de futuras comparações para pesquisas correlatas; b) na vertente prática – o apontamento da relevância da qualidade da auditoria em relação à adoção das IFRS para os investidores, conquanto os achados da pesquisa manifestem maior pertinência deste elemento após a mudança de padrão contábil.

Dentre as limitações do estudo, é possível destacar a não utilização de outras *proxies* de QA, que poderiam vir a reportar efeitos distintos se comparadas às *proxies* escolhidas; o risco de resultados impactados por características culturais do mercado de capitais do Brasil; e o uso de uma amostra não-probabilística.

Consequentemente, sugere-se que novas pesquisas incluam e/ou substituam as *proxies* de QA (mantendo variáveis *input* e *output*) para a averiguação de possíveis resultados divergentes dos aqui apresentados. Comparações de efeitos entre mercados similares também são exequíveis. Ainda, entende-se como plausível a ideia de estudos críticos sobre a influência das IFRS na relação QA x GR sob a perspectiva de auditores, gestores e principais usuários das informações contábeis.

REFERÊNCIAS

- Abad, D., Sánchez-Ballesta, J. P., & Yagüe, J. (2017). Audit opinions and information asymmetry in the stock market. *Accounting & Finance*, 57(2), 565-595.
- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khelif, H. (2013). A meta-analysis of IFRS adoption effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Ajzen, I. (1985). *From intentions to actions: A theory of planned behavior*. In Action control (pp. 11-39). Heidelberg: Springer.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 179-211.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1969). The prediction of behavioral intentions in a choice situation. *Journal of experimental social psychology*, 5(4), 400-416.
- Al-Thuneibat, A. A., Al Isa, R. T. I., & Ata Baker, R. A. (2011). Do audit tenure and firm size contribute to audit quality? *Managerial Auditing Journal*, 26(4), 317-334.
- Alzoubi, E. S. S. (2018). Audit quality, debt financing, and earnings management: Evidence from Jordan. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 30, 69-84.
- Aobdia, D. (2019). Do practitioner assessments agree with academic proxies for audit quality? Evidence from PCAOB and internal inspections. *Journal of Accounting and Economics*, 67(1), 144-174.
- Apandi, R. N. N. (2018). Audit Tenure and Investor's Perception on Audit Quality Before and After Implementation of The SA 240. *Research Journal of Finance and Accounting*, 9(2), 128-138.
- Arcúrio Júnior, T., & Gonçalves, R. S. (2020). Qualidade da auditoria e assimetria informacional: uma análise no período pré e pós-adoção às normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 38-56.
- Arioglu, E. (2020). The affiliations and characteristics of female directors and earnings management: evidence from Turkey. *Managerial Auditing Journal*, 35(7), 927-953.
- Ball, R., Li, X., & Shivakumar, L. (2015). Contractibility and transparency of financial statement information prepared under IFRS: Evidence from debt contracts around IFRS adoption. *Journal of Accounting Research*, 53(5), 915-963.
- Baltagi, B. H., Jung, B. C., & Song, S. H. (2010). Testing for heteroskedasticity and serial correlation in a random effects panel data model. *Journal of Econometrics*, 154(2), 122-124.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37(2), 122-147.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Benston, G. J., Bromwich, M., & Wagenhofer, A. (2006). Principles-versus rules-based accounting standards: the FASB's standard setting strategy. *Abacus*, 42(2), 165-188.
- Braga, R. N. (2017). Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 407-424.
- Boina, T. M., & Macedo, M. A. S. (2018). Capacidade preditiva de accruals antes e após as IFRS no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 375-389.
- Buchholz, F., Lopatta, K., & Maas, K. (2019). The deliberate engagement of narcissistic CEOs in earnings management. *Journal of Business Ethics*, 167, 663-686.
- Buntara, A. A., & Adhariani, D. (2019). Audit Tenure and Audit Quality: the Renewal Sense of Comfort? *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 13(4), 46-62.
- Capkun, V., Collins, D., & Jeanjean, T. (2016). The effect of IAS/IFRS adoption on earnings management (smoothing): A closer look at competing explanations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 352-394.
- Cardoso, R. L., Souza, F. S. R. N., & Dantas, M. M. (2015). Impactos da Adoção do IFRS na Acumulação Discricionária e na Pesquisa em Gerenciamento de Resultados no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 11(2), 65-84.
- Carey, P., & Simnett, R. (2006). Audit partner tenure and audit quality. *The Accounting Review*, 81(3), 653-676.

- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58-73.
- Chen, Q., Kelly, K., & Salterio, S. E. (2012). Do changes in audit actions and attitudes consistent with increased auditor scepticism deter aggressive earnings management? An experimental investigation. *Accounting, Organizations and Society*, 37(2), 95-115.
- Consoni, S., Colauto, R. D., & Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 249-263.
- Cunha, C. M. P., & Barros, P. P. F. B. (2022). O efeito sobre o BTB da adoção das IFRS e do fim do regime tributário de transição (RTT) no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, 96-111.
- Cunha, P. R., Leite, M., & Moras, V. R. (2019). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *Contabilidade y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas*, 14(28), 70-87.
- Dalton, D. W., Buchheit, S., & McMillan, J. J. (2013). Audit and tax career paths in public accounting: An analysis of student and professional perceptions. *Accounting Horizons*, 28(2), 213-231.
- Damascena, L. G., Duarte, F. C. D. L., & Paulo, E. (2017). Meta-análise dos Efeitos da Adoção das IFRS na Qualidade da Informação Contábil no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22(1), 28-48.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of accounting research*, 50(2), 275-334.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting Review*, 193-225.
- DeFond, M., Erkens, D. H., & Zhang, J. (2017). Do client characteristics really drive the Big N audit quality effect? New evidence from propensity score matching. *Management Science*, 63(11), 3628-3649.
- DeFond, M., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 35-67.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 275-326.
- Dockery, T. M., & Bedeian, A. G. (1989). "Attitudes versus actions": Lapiere's (1934) classic study revisited. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 17(1), 9-16.
- Duarte, A. M. P., Amaral, I. S., & Azevedo, G. M. C. Processo de Convergência e Adoção das IFRS: Estudo de Caso do Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 40-62.
- Duarte, E. R., Galdi, F. C., & Damasceno, F. S. (2020). Gerenciamento de resultado contábil e ruptura dos covenants. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 14(3), 291-305.
- Duarte, F. C. L., Girão, L. F. A. P., & Paulo, E. (2017). Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar?. *Revista de Administração Contemporânea*, 21, 110-134.
- Dulany Jr, D. E. (1961). Hypotheses and habits in verbal" operant conditioning.'. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(2), 251-263.
- Dyreg, S. D., Hillegeist, S. A., & Penalva, F. (2020). Earnings management to avoid debt covenant violations and future performance. *European Accounting Review*, 1-33.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Figlioli, B., Lemes, S., & Lima, F. G. (2017). IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 326-343.
- Fishbein, M. (1967). *Readings in attitude theory and measurement*. New York: Wiley.
- Fishbein, M., & Ajzen T. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. New York: Addison-Wesley
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (2011). *Predicting and changing behavior: The reasoned action approach*. Taylor & Francis.

- Gadella, S. R. B. (2011). Análise dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a despesa de pessoal e a receita tributária nos municípios brasileiros: um estudo com modelo probit aplicado a dados em painel. *Brazilian journal of business economics*, 11(1), 65-77.
- Ghosh, A., & Moon, D. (2005). Auditor tenure and perceptions of audit quality. *The Accounting Review*, 80(2), 585-612.
- Godin, G., & Kok, G. (1996). The theory of planned behavior: a review of its applications to health-related behaviors. *American journal of health promotion*, 11(2), 87-98.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- He, X., Pittman, J. A., Rui, O. M., & Wu, D. (2017). Do social ties between external auditors and audit committee members affect audit quality? *The Accounting Review*, 92(5), 61-87.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*, Homewood, IL: Irwin.
- Hennessy, M. (2012). *Advancing reasoned action theory*. Pennsylvania: Sage.
- Hribar, P., & Collins, D. W. (2002). Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. *Journal of Accounting research*, 40(1), 105-134.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2010). *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. Recuperado de <http://eifrs.ifrs.org>.
- Ipino, E., & Parbonetti, A. (2017). Mandatory IFRS adoption: the trade-off between accrual-based and real earnings management. *Accounting and Business Research*, 47(1), 91-121.
- Iudícibus, S., & Martins, E. (2007). Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 18, 9-18.
- Jackson, A. B. (2018). Discretionary accruals: earnings management... or not? *Abacus*, 54(2), 136-153.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of accounting and public policy*, 27(6), 480-494.
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adopción de IFRS y gerenciamiento de resultado en las empresas brasileñas de capital abierto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38.
- Joshi, M., Yapa, P. W. S., & Kraal, D. (2016). IFRS adoption in ASEAN countries: perceptions of professional accountants from Singapore, Malaysia and Indonesia. *International Journal of Managerial Finance*, 12(2), 211-240.
- Junaidi, J., Apriyanto, H. P., Nurdiono, N., & Suwardi, E. (2014). The effect of audit firm tenure in artificial rotation on audit quality. *Journal of Economics, Business & Accountancy Ventura*, 17(3), 439-448.
- Kajimoto, C. G. K., & Nakao, S. H. (2018). Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(1), 130-149.
- Khani, M. K., & Noroozian, M. (2018). Analyzing the Effective Factors on Internal Audit Quality of Health Insurance Organization of Iran. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 8(1), 19-25.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 105-231.
- Kumarasiri, J., & Fisher, R. (2011). Auditors' Perceptions of Fair-Value Accounting: Developing Country Evidence. *International Journal of Auditing*, 15(1), 66-87.
- Kvaal, E., & Nobes, C. (2010). International differences in IFRS policy choice: a research note. *Taylor & Francis*, 40 (2), 173-187.
- LaPiere, R. T. (1934). Attitudes vs. actions. *Social forces*, 13(2), 230-237.
- Lee, J., Cerreto, F. A., & Lee, J. (2010). Theory of planned behavior and teachers' decisions regarding use of educational technology. *Journal of Educational Technology & Society*, 13(1), 152-164.
- Lennox, C., Wu, X., & Zhang, T. (2016). The effect of audit adjustments on earnings quality: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 61(2-3), 545-562.
- Lennox, C., Wang, Z. T., & Wu, X. (2018). Earnings management, audit adjustments, and the financing of corporate acquisitions: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 65(1), 21-40.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505-527.

- Lima, J. P. R., Vendramin, E. de O. & Miranda, C. S. (2021). Quem tem medo de se comunicar? Análise da apreensão na comunicação de estudantes de Ciências Contábeis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(1), 105-120. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.30366
- Madden, T. J., Ellen, P. S., & Ajzen, I. (1992). A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. *Personality and social psychology Bulletin*, 18(1), 3-9.
- Marçal, R. R., & Alberton, L. Percepções dos CEO's da [B] ³ sobre a Qualidade de Auditoria: Uma aplicação da Escala SERVQUAL. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(1), 1-22.
- Marçal, R. R., & Macedo, M. A. S. Análise da persistência do lucro diante dos accruals discricionários: um estudo com base no impacto da adoção das IFRS. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(2), 129-159.
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17.
- Martinez, A. L., & Leal, L. V. (2019). Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 9-30.
- Martins, V. G., Paulo, E., & Monte, P. A. (2016). O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil? *Revista Universo Contábil*, 12(3), 73-90.
- Martucheli, C. T., & Pereira Filho, A. D. (2021). Os princípios subjacentes às IFRS e as bases de mensuração dos elementos integrantes das demonstrações financeiras. *Revista ambiente contábil*, 13(1), 21-38.
- Murcia, F. D. R., Borba, J. A., & Schiehl, E. (2008). Relevância dos red flags na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. *Revista Universo Contábil*, 4(1), 25-45.
- Nelson, M. W. (2006). Ameliorating conflicts of interest in auditing: Effects of recent reforms on auditors and their clients. *Academy of Management Review*, 31(1), 30-42.
- Nijman, T., & Verbeek, M. (1992). Nonresponse in panel data: The impact on estimates of a life cycle consumption function. *Journal of Applied Econometrics*, 7(3), 243-257.
- Nolder, C. J., & Kadous, K. (2018). Grounding the professional skepticism construct in mindset and attitude theory: A way forward. *Accounting, Organizations and Society*, 67, 1-14.
- Ohlson, J. A., & Kim, S. (2015). Linear valuation without OLS: the Theil-Sen estimation approach. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 395-435.
- Orazalin, N., & Akhmetzhanov, R. (2019). Earnings management, audit quality, and cost of debt: evidence from a Central Asian economy. *Managerial Auditing Journal*, 34(6), 696-721.
- Otley, D. T., & Pierce, B. J. (1996). Auditor time budget pressure: consequences and antecedents. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 31-58.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).
- Paulo, I. I. S. L. M., Cavalcante, P. R. N., & Paulo, E. (2013). Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(3), 306-328.
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233.
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66.
- Pratama, B. C., Ahmad, Z. A., & Innayah, M. N. (2019). Obedience Pressure, Professional Ethics, Attitude of Skepticism and Independency Towards Audit Judgment. *Journal of Accounting Science*, 2(2), 141-149.
- Ribeiro, J. F. Filho., Lopes, J. E. G., Pederneiras, M. M. M. & Ribeiro, I e B. (2006). Habilidades de comunicação oral de estudantes de Ciências Contábeis: uma análise baseada em percepções de integrantes de corpo docente, corpo discente e profissionais liberais. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 3(1), 24-33. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228658004>

- Roslender, R. (1992). *Sociological Perspectives on Modern Accountancy*. Routledge, London, England.
- Said, K. (2019). The Impact of IFRS Adoption on Earnings Management-Results from Canada. *Journal of Economics and Business*, 2(3).
- Santos, E. A., Moura, I. V., & Almeida, L. B. (2018). Intenção dos Alunos em seguir carreira na Área de Contabilidade sob a Perspectiva da teoria do Comportamento Planejado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 12(1).
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91-102.
- Schuchter, A., & Levi, M. (2016). The fraud triangle revisited. *Security Journal*, 29(2), 107-121.
- Schuster, H. A., & Klann, R. C. (2019). Responsabilidade Social Corporativa e Gerenciamento de Resultados por Accruals. *Contabilidade Vista & Revista*, 30(1), 01-26.
- Silva, A., Pletsch, C. S., de Vargas, A. J., Fasolin, L. B., & Klann, R. C. (2014). Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 59-69.
- Silva, A. F., Weffort, E. F. J., Flores, E. S., & Silva, G. P. (2014). Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 268-283.
- Silva, J. P., Borges, T. J. G., Gonçalves, R. S., & Nascimento, V. R. (2017). Convergência ao padrão IFRS e suavização de resultados em empresas de energia elétrica. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 14(4), 281-296.
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Rodízio de auditoria e a qualidade dos lucros: Uma análise a partir dos *accruals* discricionários. *Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426.
- Sincerre, B. P., Sampaio, J. O., Famá, R., & Santos, J. O. D. (2016). Emissão de dívida e gerenciamento de resultados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27, 291-305.
- Sousa, E. F., Sousa, A. F., & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: efeitos no conservadorismo contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(2), 136-147.
- Souza Neto, A. C. N., Sampaio, J. O., & Flores, E. (2021). Alterações de CEOs eo gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Brazilian Review of Finance*, 19(1), 97-124.
- Sulaiman, N. A., Shahimi, S., & Singh, R. K. N. (2019). People and Audit Process Attributes of Audit Quality: Evidence from Malaysia. *Management & Accounting Review (MAR)*, 18(2), 47-80.
- Sundvik, D. (2019). The impact of principles-based vs rules-based accounting standards on reporting quality and earnings management. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(1), 78-93.
- Sussman, R., & Gifford, R. (2019). Causality in the theory of planned behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 45(6), 920-933.
- Tsunogaya, N., Hellmann, A., & Scagnelli, S. D. (2015). Adoption of IFRS in Japan: challenges and consequences. *Pacific Accounting Review*, 27(1), 3-27.
- Van Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14(1), 155-180.
- Van Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2008). Earnings management and audit quality in Europe: Evidence from the private client segment market. *European accounting review*, 17(3), 447-469.
- Wang, X., & Yang, B. (2012). International differences between big four auditors and their smaller counterparts in monitoring earnings management. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 2(2), 55.
- Wooldridge, J. M. (2014). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Zago Junior, S. C., Barbosa, A., & Pavão, J. A. (2020). Ser ou não ser um estudante do curso de Ciências Contábeis, eis a questão: um estudo à luz da Teoria o Comportamento Planejado. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 11(2).
- Zandi, G., Sadiq, M., & Mohamad, S. (2019). Big-four auditors and financial reporting quality: evidence from Pakistan. *Humanities & Social Sciences Reviews*, 7(2), 369-375.
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real manipulation and accrual manipulation. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703.
- Zhang, Y., Uchida, K., & Bu, H. (2013). How do accounting standards and insiders' incentives affect earnings management? Evidence from China. *Emerging Markets Review*, 16, 78-99.